

## A interação social\*

TALCOTT PARSONS e EDWARD A. SHILL

A INTERAÇÃO DO *ego* e do *alter* é a forma mais elementar de um sistema social. As características dessa interação estão presentes, de maneira mais complexa, em todos os sistemas sociais.

Em sua interação, tanto o *ego* como o *alter* constituem, cada qual, um objeto de orientação para o outro. As diferenças básicas de orientações com relação a objetos não-sociais são duas. Primeiro, como os resultados da ação do *ego* (por exemplo, lograr atingir um objetivo) dependem da reação do *alter*, o *ego* orienta-se não apenas pelo provável comportamento *manifesto* do *alter* mas também pela interpretação que faz das expectativas do *alter* com relação a seu comportamento, uma vez que o *ego* espera que as expectativas do *alter* influenciarão seu comportamento. Segundo, num sistema integrado, essa orientação com relação às expectativas do outro, é recíproca ou complementar.

A comunicação através de um sistema comum de símbolos, é o pré-requisito desta reciprocidade ou complementaridade de expectativas. As alternativas que se abrem para o *alter* devem possuir um grau de estabilidade com relação a dois aspectos: como possibilidade realística para o *alter* e, segundo, no seu sentido para *ego*. Essa estabilidade pressupõe a generalização da particularidade de uma dada situação do *ego* e de *alter*; ambos mudando continuamente, e nunca se apresentando concretamente idênticos em qualquer dos momentos. Quando esta generalização ocorre, e ações, gestos ou símbolos têm, mais ou

(\*) "The Basic Structure of the Interactive Relationship", in *Toward a General Theory of Action*, Harvard University Press, Cambridge, 1951, págs. 105-107.

menos, o *mês*mo sentido, tanto para *ego* como para *alter*, pode-se dizer que existe uma cultura comum entre eles, através da qual sua interação é efetuada.

Além disso, essa cultura comum, ou sistema de símbolos possui inevitavelmente, sob certos aspectos, um significado normativo para os agentes. Uma vez que ela exista, a obediência de suas convenções torna-se uma condição necessária para que o *ego* seja "compreendido" pelo *alter*, no sentido de permitir que *ego* obtenha o tipo de reação que espera de *alter*. Este conjunto de símbolos culturais comuns torna-se o meio pelo qual se forma uma constelação de mútuas ações contingentes, de tal modo que emergirá simultaneamente uma definição ou escala de reações *apropriadas* de parte do *alter* para cada uma das possíveis variações das ações efetuadas por *ego*, e *vice-versa*. Portanto, não apenas *ego* e *alter* devem *comunicar-se*, mas devem reagir *apropriadamente* um à ação do outro, como condição para a estabilidade de um sistema de expectativas complementares como esse.

Uma tendência para uma consistente reação apropriada é também uma tendência para a conformidade com um padrão normativo. A cultura não é apenas um conjunto de símbolos de comunicação, mas um conjunto de normas para a ação.

A motivação do *ego* e do *alter* torna-se integrada nos padrões normativos através da interação. A polaridade entre satisfação e privação é crucial neste ponto. Uma reação apropriada da parte de *alter* é motivo de satisfação para *ego*. Se *ego* obedece às normas, essa satisfação é, de alguma maneira, uma recompensa pela sua conformidade com elas. O contrário, ocorre no caso de privação e desvio das normas (*deviance*). As reações do *alter* com relação à conformidade ou ao desvio por parte de *ego* dos padrões normativos tornam-se, portanto, uma sanção para *ego*. As expectativas de *ego vis-à-vis* com *alter* são expectativas que se referem aos papéis de *ego* e de *alter*; e as sanções reforçam a motivação de *ego* para conformar-se com essas expectativas-papel. Assim, a complementaridade de expectativas acarreta o reforçamento recíproco da motivação de *ego* e de *alter* para a obediência aos padrões normativos que definem suas expectativas.

O sistema interativo também envolve o processo de generalização não apenas na cultura comum pela qual o *ego* e o *alter* se comunicam mas na interpretação das ações veladas diante de *ego*, como expressões das *intenções* de *alter*. Essa "generalização" implica que o *alter* e o *ego* concordam que certas ações de *alter* são índices de *atitudes* que *alter* adquiriu com relação a *ego* (e reciprocamente, *ego* com relação a *alter*). Desde que essas atitudes são, no presente paradigma, integradas na cultura comum, e essa última está "internalizada" no sistema de disposições e necessidades da personalidade de *ego*, *ego* é sensível não apenas aos atos manifestos de *alter* como às suas *atitudes*. Ele adquire uma necessidade não só de obter *recompensas* específicas e evitar punições específicas, mas de usufruir as atividades favoráveis e evitar as desfavoráveis, de *alter*. Efetivamente, desde que *ego* está integrado nas mesmas normas, essas são as mesmas tanto em suas atitudes com relação a si próprio, quanto a um objeto. Assim, a violação da norma leva-o a sentir vergonha com relação ao outro, culpa com relação a si mesmo.

Deve ficar claro que, como um tipo ideal, esse paradigma de interação implica *reciprocidade* de satisfação num certo sentido, embora não necessariamente distribuição uniforme de satisfação. Mesmo no caso em que mecanismos especiais de ajustamento, tais como de dominação e submissão, ou de alienação das expectativas normativas interferem, o processo ainda deve ser descrito e analisado em relação às categorias deste paradigma. Por conseguinte, o paradigma é útil, tanto para a análise de sistemas de expectativas normativas, quanto para a da conformidade real ou desvio em relação a estas expectativas na ação concreta.

Resumindo, podemos dizer que este é o paradigma básico para a estrutura de uma relação interativa solidária. Contém todos os elementos fundamentais da estrutura de papéis do sistema social e do sistema de arraigamento e segurança da personalidade. Envolve a cultura tanto nas suas funções comunicativas como nas de orientação valorativa. Este é o ponto central da organização de todos os sistemas de ação.

## *Papel e sistema social\**

TALCOTT PARSONS e colaboradores

A PERSONALIDADE, como sistema, tem como ponto fundamental e estável de referência o organismo. Ela se organiza em torno do organismo em si mesmo considerado e de seus processos vitais. Mas o *ego* e o *alter*, em interação mútua, também constituem um sistema. E este é um sistema de uma nova espécie, o qual, embora estreitamente dependente delas, não se constitui simplesmente pela adição das personalidades dos dois membros.

### O PAPEL COMO UNIDADE DOS SISTEMAS SOCIAIS: SISTEMA SOCIAL E PERSONALIDADE

Nos termos aqui propostos, um sistema social é um sistema de interação de uma pluralidade de pessoas, o qual se analisa tomando-se por base de referência a teoria da ação. Compõe-se, evidentemente, das relações dos atores individuais, e somente dessas relações. Tais relações são constelações de ações dos indivíduos atuantes que os orientam uns em relação aos outros. Para fins de análise, a unidade mais significativa das estruturas sociais não é a pessoa mas o papel. O papel é o setor organizado da orientação de um ator que constitui e define sua participação num processo de interação. Compreende um conjunto de expectativas complementares, que dizem respeito às suas

(\*) *Toward a General Theory of Action*, Talcott PARSONS, Edward A. SHILLS, E. C. TOLMAN, G. W. ALLPORT, C. KLUCKHOHN, R. R. SEARS, R. C. SHELDON e Samuel A. STOFFER, Harvard University Press, Cambridge, 1951, págs. 23-27. Trad. de Ruy Coelho.

próprias ações e às dos outros que com ele interagem. Tanto o ator como aqueles que interagem com ele compartilham das mesmas expectativas. Os papéis são institucionalizados quando são inteiramente consentâneos com os padrões culturais dominantes e se organizam de conformidade com tábuas de valores moralmente sancionadas, comuns a todos os membros da coletividade em que os papéis funcionam.

Abstraindo-se o papel de um ator do sistema total de sua personalidade, torna-se possível analisar a articulação de sua personalidade com a organização do sistema social. A estrutura de um sistema social e o modo de pautar seu funcionamento e sobrevivência, ou sua mudança ordenada dentro do sistema são diferentes dos da personalidade. Os problemas da personalidade e estrutura social só podem ser tratados adequadamente se essas diferenças forem levadas em conta. Somente então os pontos de articulação e interdependência mútuos podem ser estudados.

Uma vez estabelecido que os papéis e não as personalidades são as unidades da estrutura social, postula-se, necessariamente, que os laços que ligam a execução de um papel a uma estrutura de personalidade não são indissolúveis. As situações definidas pelo papel têm virtualmente para o ator todas as significações possíveis incluídas em outras situações. Sua significação real e efeito que poderão ter sobre o comportamento diferem de acordo com as diferentes personalidades.

Uma característica importante de grande número de papéis sociais é que as ações de que se compõem não são minuciosamente regulamentadas, e a variabilidade é em certa medida permissível. Os desvios dentro de certos limites não provocam sanções. Esta margem de liberdade faculta a atores de personalidades diferentes preencherem os requisitos ligados a mais ou menos os mesmos papéis sem demasiada tensão. Convém também notar que as expectativas e sanções originadas pelos papéis podem exercer pressões sobre os atores individuais com repercussões importantes em outros componentes da personalidade. Tais repercussões se evidenciam em tipos de ação que, por seu turno, acarretarão conseqüências sociais várias; muitas vezes suscitam outros mecanismos de controle social, ou criam

impulsos que levam à mudança social, ou ambos ao mesmo tempo. Assim, pois, personalidade e estrutura de papéis são sistemas estreitamente interdependentes.

#### TIPOS DE PAPÉIS E A DIFERENCIAÇÃO E INTEGRAÇÃO DOS SISTEMAS SOCIAIS

Os papéis estruturais de um sistema social, assim como a estrutura das tendências num sistema de personalidade devem ser orientados por alternativas de valores. Naturalmente, as escolhas são sempre ações individuais, mas essas escolhas não se distribuem ao acaso num sistema social. E mesmo um dos mais importantes requisitos funcionais para manutenção de um sistema social é a integração das orientações de valores dos diferentes atores resultando num sistema em certa medida *comum*. Todos os sistemas sociais operantes manifestam esta tendência a formar um sistema comum de orientações culturais. Comparar orientações de valor é crucial, embora o consenso em relação a idéias e símbolos expressivos seja também determinante importante da estabilidade social.

O grau de variabilidade e o perfil de distribuição dos tipos de papéis num sistema não repete exatamente o grau de variabilidade e distribuição dos tipos de personalidade dos atores que preenchem esses papéis, nem mesmo se harmoniza inteiramente com ele. O funcionamento efetivo de uma estrutura de papéis é, em última análise, somente possível quando as personalidades que os compõem estão motivadas para agir segundo moldes prescritos, de forma a assegurar a obtenção de satisfações suficientes para os indivíduos que desempenham os papéis. Há exigências funcionais que limitam o grau de incompatibilidade entre as espécies possíveis de papéis dentro do mesmo sistema social. Essas exigências se relacionam com a manutenção de um sistema social total. Um sistema social, do mesmo modo que uma personalidade, deve ser coerentemente organizado e não um mero conjunto de componentes reunidos ao acaso.

Como no caso da personalidade, o problema funcional de um sistema social se resume nos problemas de atribuição e

integração. Há sempre diferenciação de funções num sistema de ações. Deve sempre, portanto, existir atribuição de tais funções a diferentes classes de papéis; os papéis devem articular-se para a execução de tarefas complementares e cooperativas. A duração de vida do indivíduo sendo limitada, deve haver um processo contínuo de substituição de pessoal dentro do sistema de papéis para que o sistema subsista. Ademais, os instrumentos necessários para execução de funções e as satisfações que importam na motivação dos atores individuais não são em número ilimitado. Daí não se poder deixar a atribuição deles entregue a um processo de competição inorganizado sem que surjam em consequência grandes frustrações e conflitos. A regulamentação de todos os processos de atribuição e a execução das funções responsáveis pela manutenção de um sistema integrado é impossível sem um sistema de definição dos papéis e de sanções punitivas para os desvios. Quando a diferenciação atinge um alto grau de complexidade, surgem papéis ou subsistemas de papéis com funções integrativas específicas.

Esta determinação de funções, e atribuição e integração de papéis, pessoal, instrumentos e satisfações num sistema social implicam um processo de seleção de acordo com padrões de que diz respeito a avaliação de características de objetos (individuais e coletivos). Isto não quer dizer que uma pessoa qualquer tenha sempre presente no espírito o "plano" do sistema social. Mas, como em outros tipos de sistemas de ação, não é possível que as escolhas dos atores sejam feitas ao acaso e formem ao mesmo tempo um sistema social coerentemente organizado. A estrutura de um sistema social pode, pois, ser considerada como o resultado cumulativo de um balanço de muitas seleções individuais, as quais foram estabilizadas e reforçadas pela institucionalização dos padrões de valores, os quais tornam legítimos desenvolvimentos do comportamento em certas direções, e preservam sanções que mantêm as orientações resultantes.

As definições de comportamento, que têm por função delimitar as expectativas institucionais ligadas aos papéis, se incorporam à estrutura de um sistema social; elas são, pelo menos num aspecto fundamental de seu conteúdo (isto é, na definição de direitos e obrigações), idênticas às orientações culturais de

valores discutidas acima. Estas, pois, vindo a formar um consenso moral geral que circunscreve direitos e obrigações, constituem um dos componentes fundamentais da estrutura do sistema social. As diferenças estruturais entre sistemas sociais diversos consistem, muitas vezes, em modos diferentes de estabelecer o conteúdo e a extensão deste consenso.

É, portanto, a partir deste consenso moral baseado nos modelos de orientação valorativa que se originam os padrões e limites que regulamentam as atribuições; mas fazem-se necessários também mecanismos institucionais especiais mediante os quais se torne possível chegar a decisões e executá-las. Os papéis institucionais que estão ligados ao poder e ao prestígio são da maior importância nesse processo. A razão disto está em que, como é óbvio, o poder e o prestígio assumem um alto significado, quando se trata de distribuir recursos materiais e recompensas. Assim sendo, a distribuição do poder e do prestígio e os mecanismos institucionais que regulam essa distribuição são capitais para o funcionamento de um sistema social.

A necessidade de integração exige, portanto, que os processos distributivos e integrativos estejam associados a papéis semelhantes, ou intimamente correlacionados; e que os mecanismos que regulam a distribuição do poder e do prestígio delimitem suficientemente as esferas de poder e prestígio inerentes aos papéis de integração e atribuição. E, finalmente, é essencial que os que forem incumbidos desses papéis desempenhem suas funções integrativas e atributivas de conformidade com o consenso de valores da sociedade. Estes papéis atributivos e integrativos (quer sejam preenchidos por indivíduos ou subgrupos) devem ser considerados como mecanismos importantes para a integração da sociedade. Sua ausência ou funcionamento defeituoso causa conflitos e frustrações.

Não há, força é dizê-lo, sistema social que esteja perfeitamente integrado, da mesma forma como não há nenhum inteiramente desintegrado. É nos setores não-integrados — onde as expectativas não podem ser satisfeitas por meio de papéis institucionais, onde as normas sociais não permitem a manifestação das tendências do indivíduo, onde as pressões não são compen-

sadas por válvulas de segurança — é nesses setores que se encontram as principais fontes de mudança e expansão da vida social.

Qualquer sistema de relações interpessoais entre atores individuais ou grupos de atores é um *sistema social*. Uma *sociedade* é um tipo de sistema social que contém em si os requisitos essenciais para a sua continuidade como sistema auto-suficiente. Esses requisitos essenciais são, entre outros: 1) uma organização que tenha por eixos a localização no espaço e o parentesco, 2) um sistema que determine funções e a distribuição de recursos materiais e recompensas, 3) estruturas integradoras que controlem essa distribuição e que regulem os conflitos e os processos de competição.

Ao considerar-se a institucionalização dos padrões culturais, em especial daqueles que são orientados por valores, que vão atuar na estrutura social, pôs-se em evidência o tríptico aspecto da integração: da personalidade, do sistema social e da cultura, que formam um único círculo, por assim dizer. São os padrões valorativos, institucionalizados pela estrutura social, que vão pautar a conduta dos membros adultos da sociedade, por meio dos mecanismos dos papéis, em combinação com outros elementos. São eles ainda, atuando sobre o indivíduo na fase marcadamente plástica da primeira infância e posteriormente, que vão forjar a estrutura da personalidade do novo adulto, o que constitui o processo de socialização. Esse processo, como é evidente, depende da interação social. Os adultos, ao darem orientação à criança, agem de acordo com certos papéis, os quais são em boa parte institucionalizados; e desde os primórdios desenvolvem-se na criança expectativas de comportamento que rapidamente se tornam constituintes de papéis. Tomando-se como referência as estruturas das personalidades que assim se formam, vê-se que os adultos procuram, ao mesmo tempo, manter e modificar o sistema social e os padrões de valores em cujo âmbito vivem, como também se esforçam por moldar a estrutura de personalidade de seus descendentes, quer tentando modificá-la, quer impondo-lhes os próprios padrões.

## Socialização\*

MARION J. LEVY JR.

COM O TERMO socialização queremos significar o ato de inculcar a estrutura de ação de uma sociedade no indivíduo (ou grupo). A socialização, neste sentido, envolve gradações, pois um indivíduo pode ser mais ou menos socializado. Uma pessoa encontra-se *adequadamente socializada* se lhe foram inculcados elementos das estruturas de ação da sociedade, de modo a se lhe possibilitar o desempenho eficaz dos seus papéis. Há *socialização adequada*, numa sociedade, quando ela reúne um número suficiente de indivíduos satisfatoriamente socializados, de modo a permitir a operação dos requisitos estruturais de uma sociedade.

O caráter de requisitos da socialização adequada decorre da hipótese de que não é peculiar à natureza humana a aquisição, em bases hereditárias ou através da interação entre hereditariedade e ambiente não humano, das estruturas de ação necessárias ao desempenho efetivo do comportamento, segundo os papéis sociais mínimos requeridos. Embora ainda não tenha sido, *stricto sensu*, provado que estruturas específicas não são adquiridas dessa maneira, a plasticidade geral dos seres humanos a este respeito, a grande extensão de determinadas estruturas de ação existentes no mundo, e a ausência de conhecimento de qualquer estrutura genética determinando diretamente estruturas sociais específicas poderiam tornar a referida hipótese aceitável, enquanto não se produzirem evidências em contrário. Mesmo aquelas estruturas sociais mais direta e manifestamente relacionadas a

(\*) "Adequate Socialization", in *The Structure of Society*, Princeton University Press, Princeton, New Jersey, 1952, págs. 187-191. Trad. de Octávio Ianni.

estruturas determinadas hereditariamente revelam escassos sinais de determinação genética específica. As estruturas relativas ao ato de andar, defecação, contactos sexuais, respiração e semelhantes, revelam, em lugar de uma determinação rígida, toda uma gama de variações possíveis dentro dos limites permitidos pela hereditariedade e o meio não humano. Se se utilizar uma hipótese oposta àquela usada aqui, toda análise posterior relativa à aquisição de estruturas de ação deverá ser colocada nos termos do avanço no conhecimento da genética humana e do ambiente não humano.

As sociedades podem evidentemente subsistir com alguns membros inadequadamente socializados, sendo que a número ou proporção deles com relação à totalidade dos membros de uma sociedade variará de sociedade a sociedade. Não obstante, para que uma sociedade possa subsistir, deve ser satisfatoriamente transmitida a cada indivíduo a maior parte da quota mínima necessária à adequada socialização dos indivíduos, o máximo dos modos de ajustamento à situação total dos recursos de comunicação, das orientações cognitivas, sistemas de alvos, atitudes inerentes à regulamentação dos meios, modos de expressão afetiva, além de outras, a fim de torná-lo capaz de comportar-se adequadamente nos seus múltiplos papéis através da vida, tanto com relação às suas habilidades como às atitudes. A socialização, pois, envolve algo diverso da manutenção do indivíduo nas condições de bem-estar biológico.

Evidentemente, a socialização não é restrita à necessidade de inculcar estruturas sociais na criança de uma sociedade (aqueles indivíduos compreendidos no que já foi denominado "periódica invasão bárbara da sociedade"). Inclui-se na socialização tanto o desenvolvimento de novos membros adultos, a partir de infantes, como o ajustamento de um indivíduo de qualquer idade em qualquer papel social da sociedade ou nos subsistemas nos quais o aprendizado é realizado. Por definição, as crianças devem ser consideradas membros da unidade aqui denominada sociedade, mas outros novos membros podem provir de outras origens, que não a reprodução sexual dos seus componentes. Além disso, em algumas sociedades, novos papéis sociais emergem continuamente, o que se torna mais evidente talvez nas chamadas "sociedades

industriais modernas", apesar de ser um caráter manifesto em muitas sociedades e provavelmente não ser inteiramente ausente em toda sociedade.

Uma sociedade não pode subsistir a menos que ela perpetue um sistema de ação eficiente, em sua forma modificada ou tradicional, por meio da socialização dos novos membros, extraídos em parte da geração adulta. Quaisquer que sejam as deficiências de um modo determinado de socialização, a falência completa da socialização significa a extinção da sociedade, o que se dá por intermédio da combinação de pelo menos três das condições mencionadas anteriormente e por razões que são suficientemente óbvias.

Não podem ser discutidas aqui as complexidades advindas do desenvolvimento individual decorrente da interação de indivíduos com patrimônios constitucionais diversos, além dos modos de cuidado e socialização da criança e vários outros aspectos da interação social, tanto quanto situações não previsíveis. É suficiente afirmar agora que nenhum sistema de socialização é completamente eficiente, que em nenhuma sociedade os indivíduos são socializados igualmente bem, e nenhum indivíduo é perfeitamente socializado. O indivíduo não pode tornar-se igualmente familiar com todos os aspectos da sua sociedade. Na verdade, permanece completamente ignorante de alguns. Mas ele não pode deixar de adquirir um conhecimento eficaz do comportamento e atitudes relevantes para o desempenho dos seus diversos papéis e identificar-se, até certo grau, com os valores inerentes a toda sociedade ou seus segmentos, sempre que o seu comportamento se articular com o de outros membros da sociedade. Um brâmane ou um intocável adquirem habilidades e atitudes estranhas um do outro, apesar de que ambos, todavia, aprendem que o mundo hindu é constituído de castas e que é neste sentido que as coisas "devem" dispor-se. Em larga medida, se não exclusivamente, a socialização é um processo de "aprender-ensinar". E, como tal, envolve elementos de cognição, além de outros.

## Os componentes dos sistemas sociais\*

TALCOTT PARSONS

O TEMA DESTA LIVRO é a exposição e ilustração de um esquema conceitual para análise dos sistemas sociais, tomando-se como base de referência a ação. Propõe-se ser um trabalho teórico em sentido estrito. Não se vai ocupar nem com generalizações a partir de dados empíricos nem com metodologia, embora, como é natural, deva apoiar-se nelas. É evidente que o valor do esquema conceitual aqui apresentado se comprovará por sua utilidade para pesquisas empíricas. Mas não se teve intenção de estabelecer uma relação sistemática de conhecimentos empíricos, como as que encontram lugar numa obra de sociologia geral. O nosso foco é o esquema teórico. O tratamento sistemático de seus usos empíricos será objeto de outro trabalho.

Nosso ponto de partida é o conceito dos sistemas sociais da ação. A *interação* dos atores individuais ocorre em circunstâncias tais que se torna possível tratar esse processo de interação como um sistema, no significado científico do termo, e submetê-lo a uma análise de um tipo semelhante aos que já foram aplicados a sistemas de outra natureza em outras ciências.

A ação, como base de referência, já foi amplamente tratada em outro estudo do autor, o qual será resumido em poucas palavras. Essa base de referência diz respeito à "orientação" de um ou mais atores — no caso em apreço, organismos biológicos — relativamente a uma situação, que inclui outros atores. O esquema que abrange unidades de ação e interação é um

\* *The Social System*, por Talcott PARSONS, Tavistock Publications Ltd., Londres, 1952, págs. 1-6. Trad. de Ruy Coelho.

## Os componentes dos sistemas sociais 57

esquema *relacional*. Analisa a estrutura e os processos dos sistemas que se constroem a partir das relações de tais unidades com suas situações, que incluem outras unidades. Não se preocupa com a natureza *interna* dessas unidades, a não ser no que tange à influência direta que tal estrutura possa exercer sobre o sistema relacional.

A situação é definida como consistente de objeto de orientação, de tal modo que a orientação de um dado ator se diferencia em relação aos diferentes objetos, e suas categorias, que em conjunto compõem a situação. Do ponto de vista da ação, pode-se classificar o mundo dos objetos em três classes: objetos "físicos", "sociais" e "culturais". O objeto social é o ator, que pode ser tanto um outro indivíduo qualquer (alter), como o próprio ator tomado como ponto de referência de si mesmo (ego), ou como uma coletividade tomada como unidade para os fins de uma análise de orientação. Os objetos empíricos são entidades empíricas que não reagem ao ego nem interagem com ele. São meios e condições da ação. Objetos culturais são elementos simbólicos da tradição cultural, ideias ou crenças, símbolos expressivos ou padrões de valores, em tanto que considerados como objetos situacionais pelo ego, e que não sejam "internalizados", passando a fazer parte da estrutura de sua personalidade.

"Ação" é um processo no sistema ator-situação que se reveste de significação e é capaz de motivar o ator individual, ou, no caso de uma coletividade, os seus membros componentes. Com isso se quer dizer que a orientação dos processos de ação correspondentes gira em torno dos esforços do ator para obter satisfações e evitar privações, definidas umas e outras à luz da estrutura de sua personalidade. A palavra ação, em seu sentido técnico, será usada nesta obra somente para designar a relação do ator com a situação que assumo este aspecto de motivação. É evidente que a fonte original de energia que anima os processos da ação reside no organismo; portanto, em certa medida, toda satisfação ou privação tem significação orgânica. Mas a motivação, em sua feição concreta, não pode, dentro do esquema aqui proposto, ser analisada em termos das necessidades básicas do organismo, embora tenha nelas as suas raízes. A organização

dos elementos da ação, dentro deste esquema, é primeiro que tudo função da relação entre o ator e sua situação e a história dessa relação, o que se chama "experiência".

É essencial, para definir a ação assim concebida, que não se imagine que ela consista somente de reações *ad hoc* a estímulos situacionais particulares; é necessário que se compreenda que o ator desenvolve um *sistema* de expectativas em relação aos vários objetos da situação. Estes podem ser estruturados somente em relação às suas tendências próprias e às possibilidades de satisfações ou privações que configuram as várias alternativas de ação que se abrem diante dele. Mas no caso de objetos sociais surge uma nova dimensão. Parte da expectativa do ego, em muitos casos a parte mais importante, consiste na provável reação do alter à ação possível do ego, reação essa que sói ser prevista com antecedência, afetando assim fundamentalmente as opções do ego.

Em ambos os níveis há vários elementos da situação que, ao ser-lhes conferidos sentidos especiais, se convertem em sinais ou símbolos que se vão inscrever na organização do sistema de expectativas do autor. Particularmente no caso da interação, os sinais e símbolos adquirem significados comuns e servem de meio de comunicação entre os atores. Quando surgem sistemas simbólicos que podem ser meios de comunicação, pode-se falar dos princípios de uma "cultura", a qual se torna parte dos sistemas de ação dos atores.

Vamos ocupar-nos aqui tão-somente dos sistemas de interação que se tornaram tão diferenciados que atingiram o nível cultural. Embora o termo sistema social possa ser usado num sentido mais elementar, faremos dele caso omissivo, para tratar dos sistemas de interação que incluem uma pluralidade de atores individuais orientados para uma situação e um sistema de símbolos culturais geralmente aceitos.

Reduzido aos seus termos mais simples, um sistema social consiste numa pluralidade de atores individuais interagindo mutuamente numa situação que tem pelo menos um aspecto físico ou ambiental. Os autores são motivados relativamente a uma tendência ao máximo de satisfações, e a relação de cada qual

com sua situação e com os outros é definida e mediatizada por um sistema comum de símbolos culturalmente elaborados.

Assim concebido, um sistema social é somente um dos três aspectos da elaboração de um sistema social de ação concreto. Os outros dois são os sistemas de personalidade dos atores individuais e o sistema cultural incorporado na ação desses atores. Cada um dos três deve ser considerado como um foco independente de organização dos elementos de um sistema de ação, já que não se pode teoricamente reduzir nenhum deles aos termos de um outro ou de uma combinação dos dois outros. Cada um é indispensável aos outros dois, pois que sem personalidade e cultura não poderia haver sistema social, e assim por diante. Mas esta interdependência e interpenetração não implica redutibilidade, a qual permitiria que os processos e propriedades pudessem ser deduzidos dos conhecimentos teóricos que se têm de um dos outros dois, ou de ambos. A ação, como base de referência, é comum aos três, e é isto que torna possíveis certas "transformações" entre eles.

O que quer dizer, em outras palavras, que, no estado atual de sistematização teórica, nosso conhecimento dos processos de ação é fragmentário. Por causa disso, nos vemos forçados a usar estes tipos de sistemas empíricos, apresentando-os descritivamente como base de referência. Assim, pois, concebemos os processos dinâmicos como "mecanismos" que influenciam o "funcionamento" do sistema. A apresentação descritiva de um sistema empírico deve, pois, ser feita em termos de um conjunto de categorias estruturais, às quais se incorporam as noções de motivação necessárias para a compreensão dos mecanismos.

nativas em diferentes direções, torna-se agora um assunto resolvido, com as potencialidades dadas numa orientação específica. O tempo entra também como um fator no desenvolvimento das implicações da decisão e ação conseqüente. As formas estruturais colocam um precedente e supõem uma limitação ao alcance das alternativas possíveis — os limites dentro dos quais a aparente livre escolha é possível são muitas vezes restritos. Mas é a possibilidade de alternativas que permite variabilidade. Uma pessoa escolhe, consciente ou inconscientemente, o curso que seguirá. E sua decisão afetará a futura composição estrutural. Neste aspecto da estrutura social se encontra o princípio de continuidade da sociedade; no aspecto da organização se encontra o princípio de variação ou mudança — que permite a avaliação da situação e a escolha individual.

### *O conceito de sistema social\**

TALCOTT PARSONS

ESTE ARTIGO trata do problema das relações entre a psicologia e a sociologia, enquanto disciplinas teóricas. Entretanto, é bom que fique claro desde o início que o nosso ponto de vista é muito específico. O autor é um sociólogo cuja preocupação principal não é responder à questão de quais têm sido as contribuições da psicologia para a sociologia, mas que procura estabelecer um quadro de referência em função do qual se possa estudar, do ponto de vista sociológico, o estabelecimento de relações profícuas entre as duas disciplinas. O problema central, portanto, é determinar as condições ideais de ajustamento entre dois esquemas teóricos de tal maneira que possa ser tão útil quanto possível para ambos. A perspectiva sociológica, pela qual essas questões são discutidas, acarretará inevitavelmente algumas críticas das tendências da psicologia no passado, assim como de algumas das suas tendências atuais. Algumas posições da sociologia também serão criticadas, ainda que em grau menor. Aliás, caso se tratasse de um psicólogo escrevendo sobre sociologia poder-se-ia esperar o contrário. O leitor, portanto, deve ter claro para si que a finalidade deste artigo não é a de uma avaliação da teoria psicológica em geral, mas de uma avaliação de diferentes tendências em vista de um propósito específico. A importância desta função particular da psicologia em relação às outras é um problema no qual não nos poderemos deter aqui.

Falar em "psicologia" e em "sociologia" envolve certo grau de abstração. Ambas são disciplinas em rápido desenvolvimento nas quais podemos encontrar diversas tendências de pensamento.

(\*) "Psychology and Sociology", por Talcott PARSONS, in *For a Science of Social Man*, organizado por John GILLIN, The Macmillan Company, Nova York, 1954, págs. 67-74. Trad. de Gabriel Bolaffi.

Nenhum autor pode falar por todo o seu setor profissional. Mas o elemento "pessoal" pode influir de diferentes maneiras, entre as quais eu gostaria de distinguir duas. Num artigo como este, é possível tentar uma discussão crítica das principais tendências atuais da teoria sociológica para, em seguida, determinar o papel da psicologia com relação a cada uma delas. Por outro lado, também é possível partir de uma posição específica, não importa qual seja, mas que, em contraposição à psicologia, será claramente sociológica, discutindo todo o problema a partir deste último ponto de vista. Neste artigo, adotarei esta segunda possibilidade, não só por uma questão de espaço, mas também pela minha maior familiaridade com os problemas de um tipo particular de teoria sociológica, no qual venho trabalhando pessoalmente. Cabe lembrar ao leitor, portanto, que um sociólogo cujas posições sejam diferentes das minhas poderá ver de outra maneira o problema de suas relações com a psicologia. Assim sendo, o título deste artigo não o define claramente e sua forma completa deveria ser: "Alguns problemas sobre as relações entre a psicologia e a sociologia do ponto de vista de *um tipo particular* de teoria sociológica".

A sociologia é uma ciência que se relaciona claramente com a observação e a análise do comportamento social humano, isto é, a interação da pluralidade de seres humanos, com as formas assumidas por suas relações e a variedade das condições e determinantes destas formas, assim como com as mudanças nelas ocorridas. A psicologia relaciona-se tradicionalmente com o comportamento do "indivíduo", ainda que uma grande parte do comportamento individual se verifique em relação com outros indivíduos. Naturalmente, algumas vezes ocorre uma intersecção ainda maior, como acontece quando um "psicólogo social" se ocupa com o comportamento das massas, com a formação da opinião pública etc. A distinção que aqui caberia fazer, se realmente pode ser feita, não deve ser colocada em termos de um estudo de fenômenos concretos diferentes, mas da diferença de abstração básica ou da análise em nível diverso dos dados relacionados com estes fenômenos<sup>1</sup>.

(1) Portanto, afirmar que o estudo da opinião pública é objeto da psicologia mas não da sociologia, significa afirmar que a sociologia não pode estudar a interação social, o que por sua vez equivale à negação da sua possibilidade de existência como disciplina particular.

Segundo o nosso ponto de vista, a teoria sociológica deve focalizar certos aspectos da estrutura e dos processos que se verificam nos sistemas sociais. Por sistema social, entendo o sistema constituído pela interação direta ou indireta de seres humanos entre si. Por outro lado, a psicologia eu a relaciono, em primeiro lugar, com certos processos elementares do comportamento, como aprendizado e conhecimento, os quais, por mais que possam ser concretamente envolvidos na interação social, podem ser isolados do seu processo para um estudo especial. Em segundo lugar, a psicologia pode ser relacionada com a organização dos componentes do comportamento que constituem a personalidade do indivíduo: o sistema de comportamento de um organismo vivo particular e específico<sup>2</sup>.

Esta maneira de definir as relações das duas disciplinas teóricas possui certas implicações que devem ser tornadas explícitas. Sua referência comum é o comportamento<sup>3</sup>. Mas é o comportamento estudado e analisado em termos de um quadro de referência comum que alguns sociólogos intitulam de perspectiva da "ação". Ela estuda e categoriza o comportamento do organismo, sem focalizar a sua estrutura e processos internos. Neste sentido, comportamento ou ação é um modo de relação entre um "ator", isto é, um organismo ou uma coletividade socialmente organizada, e uma situação que pode ser concebida como um sistema de objetos dos quais os mais importantes são "objetos sociais", isto é, outros atores. Portanto, a perspectiva da ação nos conduz diretamente para a concepção de interação social. São as relações entre a organização dos componentes da ação-interação em torno do organismo individual como ator, por um lado, e o sistema constituído pela interação de uma pluralidade de indivíduos, por outro, que constituem o fulcro dos problemas apresentados neste artigo. O postulado fundamental do qual decorre esta análise é que estes sistemas de referência

(2) Esta definição foi formulada tendo em vista o problema da localização do centro de gravidade teórico da psicologia, no seio da família das ciências da ação. Não pretende de maneira alguma descrever o campo de interesses dos psicólogos em toda a sua extensão. Em particular, não localiza a psicologia social. Esta última eu concebo como disciplina de "fronteira" entre a psicologia e a sociologia, da mesma maneira como a bioquímica se situa entre a química e a filosofia. Para uma discussão mais completa deste problema, veja-se minha obra *Sistema Social*, Capítulo XII.

(3) Pois o caso mais importante para nós é o comportamento humano, mas não é preciso se limitar ao caso humano.

são independentes e não mutuamente "redutíveis". Em termos um pouco diferentes, o senso comum do psicólogo tende a sustentar que, se a ação é aceita como um quadro de referência, ele se relaciona com a ação de indivíduos (organismos) e a interação seria uma resultante que deve ser considerada pela extrapolação do nosso conhecimento da ação dos indivíduos. Por outro lado, o senso comum de alguns sociólogos sugere que a interação, como tal, constitui um sistema que está acima da ação dos indivíduos sobre a qual tem prioridade. Nossa posição na presente discussão é que ambos estão certos, na medida em que afirmam a existência de dois sistemas importantes, autênticos e independentes, mas nenhum dos dois tem prioridade sobre o outro, *nenhum dos dois fornece as premissas das quais se possa derivar as principais características do outro ou da ação em geral*. Poderíamos afirmar, isto sim, que cada um dos sistemas fornece algumas premissas para uma teoria geral da ação.

Parte da dificuldade histórica em reconciliar estas duas posições decorre da tendência de ambos os lados da controvérsia de contrapor o indivíduo à sociedade, e em identificar o conceito de sociedade com o de sistema social. Este é um engano grave, na medida em que obscurece o fato de que *todo* processo de interação entre indivíduos pode constituir um sistema social. Evidentemente, uma comissão, um grupo de trabalho ou uma família, não constituem, no sentido usual, uma sociedade. Mas é evidente também que para os fins da teoria sociológica, constituem sistemas sociais. Uma sociedade não é somente um sistema social, mas também uma rede muito complexa de subsistemas inter-relacionados e interdependentes, cada um dos quais constitui de per si um outro sistema social autêntico. É desta perspectiva que eu pretendo tratar o problema das relações entre personalidade e sistema social<sup>4</sup>.

Uma implicação desta perspectiva emerge imediatamente. Se o problema é o do indivíduo em oposição à sociedade, é fácil imaginar que a "unidade" da sociedade é o próprio indivíduo. Porém, se tomamos em consideração o subsistema, que algumas vezes é tratado por "grupo", então o indivíduo total concreto não

<sup>4</sup> O correspondente psicológico para sistema social, portanto, deveria ser "sistema motivacional", ou outro conceito análogo, e não "personalidade" que corresponde a "sociedade".

pode ser a unidade social, pelo simples fato das suas múltiplas participação e filiação. É o papel ou o *status*-papel de um indivíduo que se torna a unidade do grupo, isto é, da estrutura do sistema social. Uma consideração tão simples e óbvia como esta, se levada em conta sistematicamente, modifica de maneira fundamental as perspectivas tradicionais do problema personalidade-sistema social.

Entretanto, outro aspecto do quadro de referência geral da ação deve ser brevemente discutido antes de prosseguirmos. Ação, afirmamos acima, é um modo de relação entre um organismo vivo e um conjunto de objetos num meio ou numa situação dada. Daí podemos concluir que do nosso quadro de referência decorre que o significado básico dos objetos envolvidos numa ação resulta da sua significação para um ator. *Significar* pode ser visto com diversos matizes e aspectos, mas, aqui, nos referimos aos níveis simbólicos de significação. Isto pode ser compreendido como uma implicação de que os significados não são "particularizados", porém organizados em sistemas. Portanto, um objeto específico envolvido numa situação de ação é significativo, isto é, "possui um sentido" em função da posição que ocupa no quadro organizado do "sistema de significação", e não simplesmente de acordo com o impacto isolado e imediato que pode provocar. É isto que queremos dizer quando nos referimos ao seu significado como "simbólico". Por conseguinte, em virtude destas relações, os objetos podem ser inter-relacionados uns com os outros em complexos de significado, de maneira tal que um objeto pode vir a "substituir" outros, ou mesmo o complexo como um todo. Em outros termos, um objeto pode simbolizar outros objetos.

O elemento distintivo da estrutura dos sistemas de ação é a organização recíproca e padronizada dos significados dos objetos; e é por isto que a "orientação" com relação aos objetos se torna determinadamente estabilizada. É a isto que nos referimos quando afirmamos que a ação é organizada "culturalmente", que numa personalidade, enquanto considerada como um sistema, há uma cultura *internalizada* e que num sistema social a *institucionalização* corresponde à internalização na personalidade. De certa maneira, portanto, a cultura é analiticamente independente

da sua "incorporação" em sistemas de ação, em primeiro lugar porque pode ser abstraída do comportamento real e considerada apenas como um complexo de padrões; em segundo lugar, porque pode ser transmitida de um sistema de ação para outro: pelo aprendizado, entre personalidade, e por difusão, entre sistemas sociais. Portanto, é necessário acrescentar o aspecto ou a "dimensão" cultural àqueles do sistema social e da personalidade a fim de completar o quadro de referência para a análise do comportamento interativo em termos da ação.

Uma vez estabelecidas estas premissas, é possível agora dizer alguma coisa sobre a natureza da articulação entre as personalidades consideradas como sistemas e os sistemas sociais, que possa constituir um guia para a análise das relações teóricas entre as duas disciplinas da teoria psicológica e sociológica. Os dois sistemas são aqui concebidos não só como sendo interdependentes, mas também *interpenetrantes* num sentido específico. Qualquer sistema social, isto é, sistema de interação de uma pluralidade de indivíduos, envolve um setor do comportamento de cada um dos atores componentes, e por conseguinte envolve também um setor da sua personalidade. Com o propósito de conceptualizar o sistema social, este setor é concebido como um papel, que no conjunto de situações definidas pela sua participação no grupo ou no sistema interativo por um período suficientemente longo de tempo, constitui uma série de comportamentos esperados ou padronizados, não de um único tipo, mas de um padrão de tipos que variam de acordo com o desenvolvimento da situação interativa. Nestes tipos padronizados de comportamento se incluem também certas fases nas quais o indivíduo não está efetivamente participando das atividades deste grupo particular. É o que acontece quando um indivíduo, por estar em casa, não interage com seus companheiros de trabalho, sem que sua participação no grupo de trabalho deixe de continuar constituindo um aspecto importante da sua personalidade. A isto, chamaríamos de fase de "latência" do seu papel profissional.

Esta participação não constitui uma atividade desordenada, mas, muito pelo contrário, é estruturada e organizada. Como parte do sistema de personalidade, ela tem de ser motivada no sentido da regularização e da estabilização do padrão de ativi-

dade, de tal maneira que não se choque com outros elementos. Ademais, ela deve estar-se adaptando continuamente ao desenvolvimento da situação interativa, e especialmente aos atos dos outros membros do sistema interativo. Os comportamentos do "ego" são, portanto, interdependentes com as "sanções" do "alter" e é esta interdependência que entendemos por *processo* do sistema interativo.

Ao mesmo tempo, cada um dos outros membros do sistema interativo ou grupo constitui um objeto para o "ego", assim como ele, neste papel (ou em outros), constitui para si mesmo. Cada um possui qualidades das quais o *status* no grupo é um dos aspectos mais importantes. Neste aspecto, cada objeto no grupo possui um significado para o "ego", constituindo símbolo ou um complexo de símbolos. Da reciprocidade ou complementaridade das orientações decorre então que o sistema interativo, enquanto sistema, necessita, como condição de estabilidade, uma padronização determinada dos significados dos objetos e das orientações complementares. É a esta padronização relativamente estável dos significados que entendemos por "*cultura comum*" do sistema interativo.

A necessidade e a importância de uma cultura comum para um sistema interativo não implica que ele seja "estático", que "nada aconteça" ou que uma mudança de estado seja impossível. Significa apenas que as características de cada ato e cada situação em transformação não são determinantes do processo, mas que o processo é *organizado* com relação a estas características e que, no quadro de referência da ação, a significação do conceito organização envolve a padronização das relações entre o símbolo e o seu significado. Ao mesmo tempo, o sistema interativo, enquanto sistema, não pode ser determinado somente por estes padrões significados, pois está sujeito a exigências adaptativas e integrativas, isto é, a condições decorrentes da natureza das situações e das unidades-atores de que se compõe. Então, como resultante de sua padronização cultural e das exigências integrativas do sistema e, finalmente, das forças motivadoras envolvidas, o sistema de interação, em qualquer tempo dado, possui uma estrutura determinada. Ele possui partes — as unidades-papel — que se ligam entre si por relações rela-

tivamente determinadas e que constituem pontos de referência, canais de atuação e fontes de sanções.

Ora, foi afirmado acima que o sistema de interação social e o sistema de personalidade são interdependentes. No mais microscópico dos níveis, onde as unidades relevantes constituem papéis de atores individuais e não de coletividades, a unidade-papel do sistema de interação é efetivamente um setor da personalidade enquanto sistema. Em virtude desta interpenetração dos dois sistemas, sua interdependência deve possuir certas características especiais, isto é, deve estar sujeita a certa coação. Na medida em que, por constituírem sistemas diferentes, eles estão subordinados a complexos distintos de existências adaptativas e integrativas, podemos afirmar que o foco destas coações resulta da presença da cultura comum. Os padrões dos significados-símbolos, ou seja, os padrões constitutivos da estrutura de um sistema de interação, numa situação estável, também devem ser constitutivos dos sistemas de personalidade que o interpenetram. A cultura comum não deve meramente ajustar-se "sobre as fronteiras" das personalidades constituintes do sistema de interação, mas penetrar *dentro* destas mesmas personalidades. É a isto que se refere o aforismo de DURKHEIM, "a sociedade existe somente na mente dos indivíduos".

Agora podemos compreender mais claramente a natureza da independência do sistema de personalidade com relação aos sistemas sociais. Para cada indivíduo o organismo vivo é único e individual sob dois aspectos. Em primeiro lugar, constitui a fonte de energia motivadora da sua ação e como tal não pode ser repartido com mais ninguém. Em segundo lugar, seu corpo, enquanto sujeito, constitui um e um só instrumento de ação, assim como, enquanto objeto, constitui um alvo único das reações. Ele possui qualidades e capacidades de atuação sobre as quais exerce um monopólio natural. Estas características do seu corpo servem tanto para identificá-lo a outros, como pelo sexo, pela idade e inteligência, quanto para distingui-lo, e muito. Nesta altura da exposição, não nos devemos esquecer que a localização física do corpo de uma pessoa determina condições muito específicas para a sua ação. Por exemplo, se ela mora em Boston, somente poderá assistir a uma conferência em Nova York, se

transportada de um lugar para outro. Nestes dois aspectos fundamentais, cada personalidade é singular, isto é, um sistema independente de qualquer outro, porque cada organismo é um sistema delimitado diferente.

Entretanto, ainda há uma terceira fonte fundamental da independência da personalidade enquanto sistema. Ela deriva simplesmente das participações-papel no sistema social. Em qualquer sistema de interação social dado, é impossível encontrar dois participantes exatamente no mesmo papel, pois estes sistemas constituem sistemas diferenciados. Isto significa que a autodefinição de um membro como um objeto, em relação a outros objetos, deve ser diferenciada daquela dos outros participantes. Suas relações mútuas somente podem ser idênticas no caso limite de um sistema perfeitamente simétrico. Um segundo aspecto da participação pode ser inferido do fato de a sociedade ser constituída por uma rede complexa de subsistemas de interação social, e principalmente porque, num certo sentido, cada indivíduo dado participa de uma combinação específica desses subsistemas. Assim, enquanto na nossa sociedade tanto o marido quanto a esposa participam da família, ainda que por papéis diferenciados, a esposa não participa do sistema de interação profissional do marido, a não ser com um papel muito periférico. Inversamente, cada um dos maridos que participa de um mesmo grupo profissional, é membro de sistemas diferentes na esfera familiar. A estrutura desta participação-papel varia de sociedade para sociedade, mas o fato básico da participação diferenciada constitui um fundamento da estrutura social com implicações profundas para a teoria da personalidade. Finalmente, as duas fontes de diferenciação de personalidade que citamos acima, relativamente à participação em sistemas sociais, são compostas por uma terceira, isto é, a ocorrência de uma diferenciação, segundo a capacidade de participação social de cada indivíduo, durante a história de vida. Alguns padrões de sucessão através das etapas do ciclo de vida, são altamente estandardizados. Mas outros dão margem a uma ampla variação, de tal maneira que os resultados cumulativos das participações-papel prévias agem mais no sentido de diferenciar os indivíduos do que de aproximá-los dos tipos estandardizados.

BIBLIOTECA UNIVERSITÁRIA

Série 2.<sup>a</sup> — Ciências Sociais

Volume 5

*Direção:*

DR. FLORESTAN FERNANDES  
*(da Universidade de São Paulo)*

FERNANDO HENRIQUE CARDOSO

E

OCTÁVIO IANNI

*(da Universidade de São Paulo)*

HOMEM  
e  
SOCIEDADE

*leituras básicas de sociologia geral*

oitava edição

*T. de P.*

COMPANHIA EDITORA NACIONAL

SÃO PAULO